

ARMAÇÃO BALEEIRA x FATO URBANO: o patrimônio cultural e a cidade

Diego Minks Rossi Fermo/Diretor/Diretoria de Patrimônio Cultural - DPAC/FCC

Boa noite aos participantes que nos ouvem e que nos assistem!

Quero em nome da Fundação Catarinense de Cultura - FCC, em nome de sua Presidente Ana Lúcia Coutinho e da equipe técnica da Diretoria de Patrimônio Cultural, dirigir meus cumprimentos aos participantes deste 3º Seminário sobre as Armações Baleeiras de SC. Meus cumprimentos e agradecimentos são também dirigidos aos colegas que integram a Comissão Organizadora do evento, à toda equipe do IFSC - Campus Garopaba e aos membros desta mesa virtual (Prof. Francisco/Prof. João e Prof. Fabiano).

Pois bem, antes de iniciar minha fala, quero dizer que ao receber o convite da Comissão Organizadora para participar deste momento aqui com vocês, fiquei bastante entusiasmado e ao mesmo tempo um pouco preocupado. Entusiasmado por vir falar para um público formado por especialistas e interessados em assunto de tamanha importância para Santa Catarina, e preocupado pela complexidade da temática e por trazer para o evento uma reflexão à altura do esforço que vem sendo realizado nos últimos anos (pelo Movimento de Valorização das Armações Baleeiras Catarinenses), capaz de suscitar um debate sobre a relação entre a cidade de Garopaba e seu patrimônio cultural, aqui no caso, a Armação Baleeira cujos remanescentes, de uma forma ou de outra, se perpetuam ao longo do tempo.

Não pretendo explorar detalhadamente os elementos que permeiam a história associada às armações baleeiras, nem mesmo os aspectos próprios da atividade, tarefa que confiarei aos colegas desta e das demais mesas, pesquisadores diligentes sobre o caso de Garopaba e de outras armações do estado.

Pretendo me ater à interação entre um dado empreendimento econômico (a armação baleeira) e uma determinada paisagem, bem como suas repercussões no devir histórico a partir da produção econômica e seu vir a ser patrimônio cultural.

Falar da armação baleeira de Garopaba é, em certa medida, falar das origens da cidade de Garopaba. As cidades em sua grande maioria têm suas origens nos condicionantes geográficos inerentes ao sítio, assim como nas facilidades de comunicação que dado sítio oferece em relação a outros pontos de contato próximos ou mesmo mais afastados do território.

Cidades catarinenses diversas surgiram ora alicerçadas na sua relação com rios ou com o mar, ora na existência de recursos naturais (minerais ou vegetais), na fartura de terras férteis, de campos e de pastagens. As qualidades intrínsecas ao sítio, associadas às possibilidades de comunicação, constituíram-se em elementos decisivos para a implantação dos primeiros estabelecimentos humanos originados pelos fluxos migratórios no estado.

Se por um lado, em dado momento, buscou-se realizar a ocupação do litoral catarinense com levas de imigrantes pulverizados em póvoas isoladas, por outro, as armações baleeiras foram implantadas com uma visão empreendedora, ansiosa pelos lucros que a caça aos cetáceos permitia aferir, mediante alguma organização negocial e mobilização de contingentes de homens livres e de escravos.

O complexo processo técnico aplicado no empreendimento baleeiro, caracterizado pela caça realizada em áreas próximas da costa litorânea, obrigava a fixação em terra das unidades de processamento do animal. Em face desse aspecto, de ordem técnica, os empreendimentos baleeiros determinaram novas e importantes dinâmicas espaciais naqueles pontos em que algum povoamento já existia. Certamente, a sua capacidade de organização do trabalho e a visão mercantilista/pré-capitalista impuseram a algumas dessas póvoas mudanças significativas em suas paisagens e em seus cotidianos.

Acrescidas, aos pequenos povoados, as estruturas físicas necessárias ao funcionamento do negócio baleeiro, criam-se condições para uma nova organização espacial de alguns desses núcleos. O ritmo da produção (marcado por certa sazonalidade) e a diversidade de funções introduzidas, especializadas ou não, mas garantidoras da realização da atividade em seu conjunto, produzem a ampliação de possibilidades de comunicação com os contingentes populacionais fixados em momento anterior.

Núcleos incipientes, simples e rudimentares portos marítimos, entrepostos ou locais de passagem ou de pouso, tornam-se pela força da atividade exploratória centro de produção, de trocas e distribuição de mercadorias e matérias-primas. A armação baleeira, por sua escala diferenciada, captura a paisagem, apropria-se de seus elementos, impõe sua lógica e cria novos marcos sócio-espaciais. Torna-se elemento referencial, seja por sua pujança frente às demais atividades seja pelas possibilidades de associação com outras atividades que a ela garantem insumos para seu funcionamento.

De algum modo, a armação baleeira induz alguma busca por excedentes determinando incremento às produções locais de alimentos e insumos.

A armação baleeira estabelece sua área de influência, organiza fluxos de seu interesse, estabelece comunicação com pontos dispersos que passam a gravitar em sua zona de atração.

Com o declínio da atividade extrativista, fragmenta-se o empreendimento baleeiro. A pequena vila, transformada em diversos aspectos, mantém ativas as estruturas e práticas que lhe são essenciais. Os elementos construídos rusticamente e as funções específicas (relativas ao processamento do animal) desaparecem da paisagem e do cotidiano assim como grandes ossos de baleias são lentamente tragados pelas areias e o mar.

Liberado da rigidez do empreendimento, de seus rigores comerciais, técnicas e odores pestilentos, o espaço da produção é substituído por novas funções essenciais agregadas à vila. Os elementos remanescentes, mais marcantes e integrados ao cotidiano, como a Igreja de São Joaquim de Garopaba e suas estruturas conexas (o cemitério, a casa do vigário, o adro/escadaria e a praça frontal), permitem o florescimento de algum traço de urbanidade em seu entorno. Produz-se uma centralidade. Consolida-se o fato urbano!

Aqui uma observação: entendo que o trabalho da Fundação Catarinense de Cultura, que culminou no tombamento da Igreja e demais elementos a ela vinculados em fins da década de 1990, teve seu embasamento nessa compreensão de que, a igreja foi o elemento essencialmente aglutinador do lugar a partir do desaparecimento da armação baleeira. Nos anos de 1990, no período da realização da instrução técnica do processo, a Igreja de São Joaquim de Garopaba foi entendida como o elemento capaz de recompor (parcial ou integralmente) os processos anteriores, daí o seu tombamento exclusivamente!

Os procedimentos instaurados e instruídos nos anos de 1990 certamente compartilharam dessa compreensão. O caso de Garopaba assemelha-se aos casos das igrejas de Penha (Capela de São João Batista - Armação de Itapocoróia) e de Governador Celso Ramos (Igreja de Nossa Senhora da Piedade - Armação da Piedade), ambas também tombadas pela Fundação Catarinense de Cultura, em 1998 e 2001, respectivamente.

De uma forma ou de outra, houve por parte do poder público estadual empenho em reconhecer a significância daqueles elementos cuja materialidade e imaterialidade permitiram um maior nível de relacionamento com as comunidades lindeiras.

Em certa medida, se o devir histórico afastou o cidadão das práticas baleeiras, tanto pela complexidade técnica e limitação de recursos financeiros quanto pela substituição dos derivados por componentes sintéticos, o tombamento dessas unidades religiosas, partes de

conjuntos maiores, permitiu a perenidade a muitos elementos das armações ainda que apropriados de forma controversa pelos habitantes vizinhos.

O fazer-se urbano e os processos de urbanização observados sobretudo a partir das décadas de 1970/1980, quando esse movimento é acelerado no estado, determinaram algumas perdas de remanescentes históricos das armações.

A armação ainda pulsa e clama por seu título!

Há, portanto, um trabalho ainda a ser realizado. Camadas de sedimentos precisam ser removidas para que a armação baleeira possa ser compreendida em sua completude. A urbanização ocorrida em seus limites permite deduzir que o poder aglutinador de outrora ainda subsiste, mesmo com o fenecimento da atividade.

Neste sentido, entendo ser cabível uma reavaliação do processo instruído pela FCC nos anos de 1990, conforme proposta trazida pelo Movimento de Valorização das Armações Baleeiras Catarinenses na segunda edição deste seminário realizada no ano de 2019.

Entendo ser fundamental a realização desse processo, mas entendo que essa ação precisa ser feita dentro de uma nova perspectiva, alicerçada no conjunto de leis, regras e normas estabelecidas desde a Constituição Federal de 1988.

Se a constituição que ainda nos rege é cidadã, o patrimônio cultural deve ser entendido como exercício de cidadania. Desse modo, os seus significados devem ser compreendidos e acolhidos pela sociedade. Essa é uma mudança importante, que vislumbra outras formas de proceder a salvaguarda baseadas em processos mais inclusivos e participativos.

Há necessidade premente por melhoria da interface visando tornar esse e outros processos protetivos mais dialógicos, permitindo ampliação das interações entre as comunidades envolvidas e as instituições responsáveis pela gestão do patrimônio cultural e do próprio território (leia-se IPHAN, FCC e Prefeituras Municipais), garantindo entendimento comum sobre as consequências do tombamento e a necessária perenidade das ações.

Encerrando minha fala, quero agradecer a todos que integram o Movimento de Valorização das Armações Baleeiras Catarinenses pela confiança depositada nos últimos anos no trabalho realizado pela Fundação Catarinense de Cultura por meio de sua equipe técnica.

Agradeço a atenção de todos e retorno a palavra ao Prof. Francisco.

Obrigado!